



NÃO PINTCHA

* ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSAU

OS PRESIDENTES NETO E EANES JÁ SE ENCONTRAM NOS SEUS PAÍSES

O camarada Agostinho Neto, Presidente do MPLA — Partido do Trabalho e da República Popular de Angola e o general Ramalho Eanes, Presidente da República Portuguesa, deixaram na manhã de terça-feira a nossa capital, de regresso a Luanda e Lisboa, respectivamente, após terem-se encontrado durante três dias em Bissau.

No aeroporto de Bissalanka, os dois Chefes de Estado receberam os cumprimentos de despedida do camarada Luiz Cabral, Secretário-Geral Adjunto do PAIGC e Presidente do Conselho de Estado. Um batalhão de infantaria das nossas FARP, prestou as devidas honras militares aos Presidentes Neto e Eanes, enquanto a banda militar entoava os hinos nacionais de Portugal, Angola e da Guiné-Bissau.

Os Presidentes das Repúblicas de Angola e de Portugal cumprimentaram em seguida os membros da Direcção Superior do nosso Partido e do Estado, frente das quais se encontravam o camarada Francisco Mendes, membro da Comissão Permanente do CEL e Comissário Principal, bem como o corpo diplomático acreditado, no nosso país.

Entretanto, antes da sua partida o Presidente António Ramalho Eanes de Portugal dirigiu uma mensagem ao povo amigo da Guiné-Bissau onde realça: «Quando se reencontraram em condições de inteira igualdade e de plena sobe-

rania as relações da Guiné-Bissau e Portugal poderiam entender como tinha razão Amílcar Cabral quando dizia que o povo português é um povo amigo e um aliado natural. O Presidente Luiz Cabral compreendeu, soube dimensionar esta justa avaliação das relações entre os nossos povos».

Depois de ter agradecido ao presidente Luiz Cabral e ao nosso povo pela realização deste encontro entre Portugal e Angola, cujos resultados globais são ainda indetermináveis mas que podem em qualquer caso, considerar-se importantes, Ramalho Eanes salienta na

sua mensagem que «o povo português que hoje vive na liberdade plena em que Amílcar Cabral visionava encontrá-lo, não pode deixar de se sentir ainda mais próximo da Guiné-Bissau», para acrescentar: «A Guiné-Bissau e o seu presidente têm mostrado de maneira inequívoca que também sabem ser irmãos dos portugueses. Este é um facto novo e que creio sinceramente, terá reflexos profundos e duradouros nas relações entre a Europa e a África».

Recorde-se no entanto que durante três dias a capital do nosso país serviu

de palco para um dos acontecimentos mais marcantes da vida dos povos angolano e português — Encontro Neto-Eanes, que veio normalizar as relações entre a República Popular de Angola e de Portugal.

Um importante Acordo Geral de Cooperação nos domínios cultural, científico, técnico e económico foi assinado pelos respectivos governos, representados pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros de Angola e Portugal, Paulo Jorge e Sá Machado e um comu-

(Continua na página 8)

Conselho de Comissários aprova decreto sobre recenseamento da população

Durante mais uma sessão ordinária do Conselho dos Comissários de Estado realizada ontem, e dirigida pelo camarada presidente Luiz Cabral, foi discutido e aprovado um decreto sobre o recenseamento geral da população, a organizar com o financiamento e o apoio técnico da Organização das Nações Unidas.

Entre outros temas apresentados nesta reunião, o Conselho dos Comissários debruçou-se igualmente sobre o projecto da nova tabela de taxas de telecomunicações apresentado pelo Comissário de Estado dos

Correios e Telecomunicações, o qual ficou aprovado. Ainda, o dia 1 de Julho, dia Internacional da Arvore foi analisado atentamente na base de um documento apresentado pelo Comissariado da Agricultura e Pecuária.

O próximo encontro de juristas dos novos países africanos emergentes da luta de libertação nacional, a ter lugar em Luanda no fim do corrente ano mereceu igualmente da parte do Conselho dos Comissários um estudo para os problemas ligados a este acontecimento.

Não há bases estrangeiras em Cabo Verde — desmentiu os Negócios Estrangeiros caboverdiano

PRAIA — Cabo Verde não tem bases estrangeiras e não aprova a política de blocos em África, indicou um comunicado da Direcção-Geral da Informação caboverdiana, citando altos responsáveis do ministério dos Negócios Estrangeiros.

Este comunicado é

um desmentido enérgico das insinuações recentemente feitas pelo jornal britânico «Sunday Telegraph», segundo as quais a União Soviética tentaria estabelecer uma base naval em Cabo Verde e que o aeroporto de Sal teria sido utilizado para o transporte de tropas e de

materiais cubanos para Angola.

«A República de Cabo Verde, afirmou o comunicado, conforma-se e continuará a utilizar contra qual o princípio do Não-Alinhamento como pedra angular da sua política estrangeira, e não permitirá o estabelecimento de nenhu-

ma base estrangeira que seja no território caboverdiano ou a utilização do seu aeroporto internacional como ponto de apoio para o transporte de tropas ou de material a utilizar contra qualquer país que seja, em África ou noutra parte».

O comunicado disse ainda que «a República de Cabo Verde não se ingere nos assuntos internos dos outros países e não aprova a política de blocos, que pode minar as bases da unidade africana». (FP)

Cimeira de Bissau

Ramalho Eanes agradece Luiz Cabral pelo sucesso alcançado

Depois de uma visita de dois dias ao nosso país, onde se reuniu com o chefe de Estado angolano, dr. Agostinho Neto, para a resolução do contencioso luso-angolano, o general António Ramalho Eanes, chefe de Estado português, de regresso a Lisboa, enviou uma mensagem ao Presidente do Conselho de Estado, onde sublinha que ao «empenhamento e dedicação de Luiz Cabral, se fica a dever parte significativa do sucesso que foi o encontro dos chefes de Estado de Portugal e de Angola».

Para o presidente português, aquilo que, nesta ci-

meira, mais honrou o camarada Luiz Cabral, como estadista, foi o «espírito de Bissau» que simboliza, afirma, «a eleição do diálogo e do entendimento, como instrumento privilegiado da Guiné-Bissau, na construção de um presente, preocupado com o futuro da paz e da concórdia».

O chefe de Estado português agradece ainda, ao presidente do Conselho de Estado guineense e demais dirigentes do povo da Guiné-Bissau a hospitalidade amiga proporcionada naqueles dias de visita ao nosso país.

"África está ameaçada de destabilização"

— afirmou William Eteki

LIBREVILLE — «A África atravessa um período de turbulência e está ameaçada de destabilização», declarou na terça-feira em Libreville William Eteki Mboumoua, secretário-geral da OUA depois de se ter avistado durante duas horas com o presidente Omar Bongo.

«Devemos esforçar-nos para tentar parar estas tendências de destabilização que além de atingirem uma zona, podem degenerar e comprometer gravemente a nossa independência», acrescentou Mboumoua.

O secretário-geral da OUA admitiu que existem efectivamente clivagens no seio da organização. «É normal, afirmou, que haja escolhas ideológicas, mas isso não nos impediu de constituir a OUA».

Eteki lembrou que antes da OUA, havia o grupo de Casablanca e o de Monróvia, mas estes dois grupos juntaram-se para se aliar sob outros princípios e outras ideias.

Falando sobre a questão

da ilha da Reunião, Mboumoua afirmou que «se o Comité de Libertação da OUA examinou o problema da independência da ilha da Reunião em Dar-Es-Salam, é porque houve pessoas da Reunião que se constituíram em movimento de libertação, e procuram apoio junto da OUA».

O secretário-geral acrescentou que o Comité de Libertação é um órgão da OUA composto por 21 membros e cujas resoluções de-

(Continua na página 8)

Cimeira
de Bissau
Conferência
de Imprensa
de Neto
e Eanes
aos órgãos de
Informação
(Centrais)

Investigar a nossa história

Camarada Director

Acaba de ser realizado em Bissau, por iniciativa do Conselho Nacional da Cultura e com o apoio da Unesco, o seminário sobre a metodologia da recolha da tradição oral. Essa importante iniciativa encerra factores imprescindíveis para o triunfo da nossa política cultural.

Nesta base, acho oportuno dirigir algumas palavras de felicitações e de encorajamento a esta tão nobre tarefa para a reconstrução da nossa cultura, através da recolha de contos. Não de vemos esquecer a importância é a ligação que a região de Gabú, teve na história da formação dos antigos reinos sudaneses.

Durante uma determinada fase da história, o Gabú ocupou um lugar de revelo no contexto da civilização antiga da África Ocidental. Basta por exemplo recordarmos que com o enfraquecimento dos impérios do Mali e Ghana, potencialmente fortes na altura, a região do Gabú que era muito extensa, abrangendo a zona de Bafatá e do Farim, prolongando-se a norte e leste, através das Repúblicas vizinhas e Gâmbia, chegou a ser uma província-estado.

Deste modo, a recolha da tradição oral, é um meio muito importante para se conhecer as ricas fases por que passou, as quais congregam as civilizações que a população da referida zona conheceu graças aos contactos com os povos vizinhos. Mas não quero com isso dizer que a recolha da tradição oral é em si basta para a reconstrução da nossa cultura, mas sim, parafraseando o camarada Mário de Andrade, foi através dela que conseguimos conhecer o pouco que até agora sabemos da nossa história. E por um lado, como diria o professor e historiador senegalês, Djibril Niane « tradição oral veícula todo o património histórico, literário e filosófico dos povos da África Negra que, sem ignorar a escrita fizeram da oralidade um sistema de conservação e transmissão dos conhecimentos em geral ».

Por conseguinte, tendo em conta o aviltamento à nossa personalidade cultural, promovido pelos colonialistas portugueses, na sua pretensão política de aculturação dos «nativos», com o objectivo de nos fazer seguir na carroça da sua história e fazer-nos ser um figurino europeu, ao afirmarem que nós não temos a nossa história. Essa missão de grande importância torna-se ainda maior na medida em que não só materializa a nossa política cultural, como também tem uma grande projecção no futuro para as gerações vindouras.

(BAKOLE)

O país

Guiné-Cabo Verde

Delegados das relações exteriores discutem posição comum internacional

Os representantes estatais das Relações Exteriores da Guiné e de Cabo Verde, reuniram-se na cidade da Praia (Cabo Verde), para concertarem uma posição comum dos dois países para a próxima cimeira da OUA (no próximo mês em Karthoum) e para a reunião ministerial dos Não-Alinhados (Agosto em Belgrado).

Este encontro, que obedece às resoluções do III Congresso e ainda, da 1.ª reunião Inter-governamental Guiné-Bissau/Cabo Verde, que teve lugar nestes dois últimos dias deverão terminar hoje.

A Guiné-Bissau foi representada pelos camaradas Alexandre Nunes Correia, Secretário-Geral do Comissariado de Estado dos Negócios Estrangeiros e Arnaldo Araújo, chefe do Departamento dos Organismos Internacionais do mesmo comissariado.

Luanda

Guiné-Bissau participa na reunião sobre transportes urbanos

Um delegação dos Transportes do nosso país, participará, em Luanda, num encontro de organismos estatais ligados aos transportes urbanos dos países africanos de expressão portuguesa, para uma troca de opiniões com vista à criação de um sistema identico de leis que regerão estes organismos em todos os países da antiga C.O.N.C.P.. Aquela reunião estudarão ainda a melhor maneira dos quadros necessários a esse domínio, serem formados num destes países com melhores capacidades, em material técnico e pessoal especializado.

A nossa delegação que, partiu a convite do governo angolano e que deverá permanecer cerca de dez dias na capital de Angola, é composta pelos camaradas Malam Gino Mané, director geral da «Siló Diata» e Hilário Lopes de Carvalho, director dos Serviços de Viação e Automobilismo.

Concurso da canção política

No quadro das actividades preparatórias da nossa juventude ao XI Festival Mundial da Juventude e Estudantes que se realizará em Havana, capital cubana, a Comissão Cultural do Comité Nacional Preparatório levou a cabo, anteontem no salão do III Congresso, a primeira eliminatória do concurso nacional da canção política.

Perante um numeroso público, que durante mais de uma hora seguiu atentamente o desenrolar

da eliminatória, foram classificados para a final os seguintes concorrentes: primeiro lugar Teresa Araújo com 31 pontos; segundo lugar Narcizo Pussik com 23 pontos e terceiro lugar Domingos Fernandes Costa com 21 pontos.

Comemora-se no país o Dia da Árvore

Vai ser assinalado este ano em todo o território da Guiné-Bissau, o próximo dia 1 de Julho, Dia da Árvore, uma iniciativa do Comissariado de Estado da Agricultura e Pecuária.

Entretanto, tendo em vista a concretização do programa elaborado para a cidade de Bissau, a Comissão Organizadora do Dia da Árvore convocou ontem uma reunião que terá lugar hoje no salão Amílcar Cabral da Associação Comercial Industrial e Agrícola da Guiné-Bissau.

Esta reunião conta com a presença do camarada Otto Schacht, Secretário do Conselho Nacional da Guiné-Bissau do P.A. I.G.C, dos presidentes dos comités dos bairros e nos locais de trabalho, representantes do Comité do Partido do Sector Autónomo de Bissau, dos delegados da UNTG nas empresas, dos representantes da JAAC e da Comissão Feminina, além de representantes dos Comissariados de Educação e da Informação.

Responde o povo

Que valor atribui ao encontro Neto - Eanes ?

Como é de conhecimento de todos, realizou-se na nossa terra livre independente a cimeira entre os presidentes Angolano e Português.

Conscientes da importância que constitui para Portugal e Angola uma aproximação entre os respectivos povos, os dois Presidentes e as suas delegações procederam a uma ampla apreciação das questões inerentes ao desenvolvimento das relações bilaterais. Podemos dizer que conseguiram atingir o objectivo desejado.

Por outro lado, este acontecimento foi mais um marco vitorioso na história do nosso povo, pois a nossa capital, foi o palco de tão importante acontecimento.

Acerca deste encontro três pessoas opinaram:

FACTO HISTÓRICO

Antumane Mané estudante — trabalhador, 20 anos. Já tinha ouvido falar da vinda destes dois

presidentes, mas nunca pensei que tivéssemos essa honra. Na realidade nunca pensei que esse encontro pudesse ser realizado. Foi com

grande alegria que li no nosso jornal, a confirmação das datas para a realização deste grande acontecimento.

O nosso país está muito honrado. Penso que isso demonstra os laços de amizade existente entre Angola Portugal e o nosso povo. Não acompanhei de perto os acontecimentos, mas pelo o que ouvi dizer penso que se chegaram a bons resultados. Hoje penso que nenhum povo africano deseja cortar relações com Portugal, e de parte deste também penso que acontece o mesmo. Devemos es-

tar muito orgulhosos pelo ocorrido, pois tornou-se um facto histórico.

UMA BOA INICIATIVA

Elsa Monteiro, empregada de balcão, — Quanto a mim, não estou muito bem dentro deste assunto, mas penso que foi uma boa iniciativa, na medida em que demonstrou mais uma vez que Portugal está interessado em manter relações com as ex-colónias. Estou de acordo com a iniciativa do nosso Governo que ofereceu a nossa terra para a realização da cimeira.

Isto é um grande orgulho para todos nós, pois demonstra uma linha política firme e clara do nosso Partido. O nosso interesse é que exista paz e amizade entre todos os povos. Foi um grande passo na história do nosso povo e na definição política do nosso Partido. Não ouvi todos os discursos, mas a parte que ouvi bastou-me para compreender que as relações entre Angola e Portugal vão melhorar e fazer os sinceros votos para que isso aconteça.

SERVIMOS DE INTERMEDIÁRIOS

Soleimane Baldé,

funcionário público. — realço a iniciativa do nosso Governo de ter oferecido o nosso país para este encontro. Pois já Amílcar Cabral dizia que nós não estamos contra o povo Português mas sim contra o colonialismo.

Esta iniciativa que a Guiné-Bissau tomou, poderia ser tomada por Moçambique Cabo Verde ou outro país qualquer amigo da paz. Quanto a mim fique muito satisfeito porque fomos nós que servimos de intermediários através do nosso governo.

Emigração, Reconstrução e Desenvolvimento

★ Temas em debate no I Encontro de Emigrantes

Foi definitivamente fixada para 24 a 30 de Julho, a realização, em S. Vicente, do Primeiro Encontro Nacional das Comunidades Emigradas, que contará com a presença de delegados vindos de todas as comunidades caboverdianas espalhadas pelo mundo com alguma significação numérica e está sendo activamente organizado sob a égide da Direcção Geral da Emigração e Serviços Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A Comissão Preparatória

inclui elementos do Secretariado do Partido, da Informação, Administração Interna, Assuntos Sociais, entre outros departamentos ligados de perto ao problema da emigração.

Vários temas serão objecto de debate durante o encontro, contando-se entre as intervenções nas sessões plenárias a do Ministro dos Negócios Estrangeiros, na sessão de encerramento, bem como a intervenção do Ministro da Coordenação Económica, que abordará o tema Emigração, Recon-

strução e Desenvolvimento.

Actividades culturais, bem como um programa de visitas estão previstos durante o Encontro. Uma brochura contendo informações sobre a lei da nacionalidade e o respectivo regulamento, a lei do casamento, os problemas de câmbios e transferências, a regulamentação sobre os passaportes e vistos, a lista das embaixadas e consulados caboverdianos no exterior, a lista e endereço das associações caboverdianas, será

editada para informação dos delegados e divulgação entre as comunidades emigradas.

Pensa-se que o Primeiro Encontro Nacional das Comunidades Caboverdianas será um ponto importante de toda política do Governo de Cabo Verde de protecção aos nacionais, onde quer que se encontrem, e contribuirá para que a compreensão do processo de Reconstrução Nacional e a consequente participação activa nele por parte dos emigrantes se intensifique.

Criada a Comissão Nacional de Nutrição

Um despacho do primeiro-Ministro, tendo em consideração a orientação definida pelo Conselho de Ministros, na sua sessão ordinária de 1 de Março do corrente ano, cria a Comissão Nacional de Nutrição. A referida Comissão, integrada pelos ministros de Saúde e Assuntos Sociais (que a preside) Educação e Cultura, Desenvolvimento Rural, pelos secretários de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho, da Cooperação e Planeamento, pelo 1.º secretário da Região de Santiago do PAIGC e pelo presidente do Instituto Caboverdiano de Solidariedade, terá as seguintes atribuições:

- Elaborar um programa de assistência às populações mais directamente atingidas pela seca, coordenando e controlando a sua execução;
- Vigiar e acompanhar de forma permanente a evolução do estado nutricional das populações, adoptando as medidas convenientes para a sua melhoria e correcção;
- Dinamizar e coordenar as acções das estruturas locais de intervenção na execução do programa de assistência, controlando a correcta aplicação dos meios e recursos postos à sua disposição;
- Propôr superiormente as acções ou medidas que julgar convenientes para o reforço e melhoria qualitativa da situação nutricional do país.

Por outro lado, a Comissão Nacional de Nutrição elaborou e aprovou o seu regulamento até 13 de Junho e poderá criar no seu seio sub-comissões ou grupos de trabalho integrados por seus membros e pessoas estranhas, para estudo e execução de acções específicas.

A Comissão informará periodicamente o Primeiro-

Ministro das suas actividades através de cópias das actas das reuniões que realizar e de um relatório trimestral que para o efeito remeterá à Secretaria-Geral do Governo.

Com efeito, a situação de emergência que se vive no país, como consequência de prolongada seca, tem exigido do Governo a adopção de medidas oportunas em ordem a garantir às popula-

ções mais atingidas o mínimo de condições para a sua subsistência diária, mobilizando todos os recursos internos e externos disponíveis para combater e neutralizar os seus efeitos.

Porém, a situação resulta agravada com a total ausência de produção agrícola no ano de 1977/1978, e, nessa decorrência, impõe-se sejam reforçados e aumentados os meios de interven-

ção numa escala mais alargada, que permitam ter um controle eficaz e oportuno sobre a evolução do estado nutricional de largas camadas populacionais, em especial das zonas rurais, exigindo consequentemente uma actuação coordenada dos departamentos estatais competentes, à base de um programa de acção previamente elaborado.

Aniversário da OUA assinalado em Lisboa

★ Aristides Pereira felicita Omar Bongo

O camarada Corsino Fortes, embaixador de Cabo Verde em Portugal, abriu em Lisboa, a sessão comemorativa do décimo quinto aniversário da fundação da Organização da Unidade Africana, assinalado a 25 de Maio.

A cerimónia que decorreu no anfiteatro da Fundação Calouste Gulbenkian, assistiu o primeiro ministro português Dr. Mário Soares — que juntamente com o Dr. Azeredo Perdigão presidente da Fundação, tomou assento na mesa de honra — chefes de missões diplomáticas dos países africanos acreditados em Lisboa e de outros Estados, conselheiros da Revolução, membros do Governo e representantes de partidos e organizações políticas.

Corsino Fortes, dando início à sessão, faria uma síntese do que tem sido a OUA desde a sua fundação, apresentando em seguida o embaixador do Reino do Marrocos, decano do corpo diplomático africano em Lisboa, Tacib Bouazza que proferiu uma saudação.

Depois de saudar «o Governo de Portugal e o povo português amigo» e de salientar que o início da OUA «introduziu uma nova era em todos os campos da coo-

peração inter-africana», o embaixador Tacib Bouazza recordou a Revolução de 25 de Abril, que «permitiu aumentar e desenvolver relações entre Portugal e muitos países africanos».

África está empenhada no estabelecimento de uma nova ordem económica internacional, que minore a distância entre os povos ricos e pobres do Mundo, e na mais justa equitativa distribuição dos recursos mundiais — recordou ainda o embaixador do Reino do Marrocos.

Lembrando que algumas dificuldades «se têm verificado pela ingerência externa nos assuntos internos africanos», o diplomata marroquino sublinharia, por outro lado, que «a OUA tem estado activa na procura de soluções para os presentes problemas africanos».

A sessão terminou com a exibição de um filme sobre o festival pan-africano da cultura.

MENSAGEM DE ARISTIDES PEREIRA

Por ocasião do 15.º aniversário da OUA, o Secretário-Geral do PAIGC e Presidente da República de Ca-

bo Verde, Aristides Pereira, enviou a Omar Bongo, Presidente da República do Gabão e Presidente em exercício da OUA, mensagens de felicitações, com o seguinte teor:

Pelo 15.º aniversário da nossa Organização continental, tenho a honra de vos endereçar as nossas calorosas felicitações em nome do nosso povo, seu Partido e seu Governo e em meu próprio nome. Conscientes de todas as dificuldades que enfrentamos para a libertação total do nosso continente, pela consolidação da Independência política e económica e garantir uma vida digna para todos os seus filhos, tendo a oportunidade de reafirmar o nosso engajamento e respeito à carta de princípios da OUA, bem como a nossa solidariedade indefectível com a luta dos povos irmãos que se encontram ainda sob a odiosa dominação e agressão colonialista e racista.

Desejando-vos os maiores sucessos na vossa árdua tarefa, ao serviço da Paz e da África inteira.

Creia, Excelência, a expressão da minha mais alta e fraterna consideração.



AMILCAR CABRAL

A prática revolucionária

A menos que o governo português queira arrastar o povo de Portugal para o desastre duma guerra colonial na Guiné e em Cabo Verde.

Acreditamos no interesse e na possibilidade real duma solução pacífica do conflito que opõe os nossos povos ao Governo Português e estamos conscientes da justiça da nossa posição e da invencibilidade das nossas forças nesse conflito. Acreditamos ainda que, por uma simples questão de bom senso, esse Governo não chegará por certo a cometer o erro de empurrar o povo de Portugal para o sacrifício inglório e vão duma guerra colonial na Guiné e Cabo Verde.

Por isso, o PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA, interpretando fielmente as mais justas aspirações dos povos guineenses e cabo-verdianos, toma a iniciativa de propor o Governo português a realização urgente das seguintes medidas, para a liquidação pacífica da dominação colonial nas nossas terras:

1. Reconhecimento solene e imediato do direito dos povos guineenses e cabo-verdianos à autodeterminação.
2. Retirada imediata das forças armadas portuguesas e da polícia política (PIDE) dos territórios da Guiné e Cabo Verde.
3. Amnistia total e incondicional, e libertação imediata a todos os prisioneiros políticos.
4. Liberdade de pensamento, liberdade política, liberdade de reunião, de associação, de formação de partidos políticos e de sindicatos, liberdade de imprensa, e garantias para o exercício efectivo dessas liberdades, sem discriminação de raças, de grau de cultura, de sexo, de idade e de condições de fortuna.
5. Direito de voto para todos os guineenses e para todos os cabo-verdianos, sem discriminação de raça, de tipo de cultura e civilização, de grau de cultura, de sexo e de condições de fortuna. Uma pessoa-um voto.

6. Constituição de uma Câmara de Representantes do povo da Guiné, na base de um representante para cada trinta mil habitantes.

7. Constituição de uma Câmara de Representantes do povo de Cabo Verde, na base de um representante para cada dez mil habitantes.

8. Tanto na Guiné como em Cabo Verde, a Câmara de representantes deve ser eleito por sufrágio universal, directo e secreto, em eleições gerais e livres controladas por uma Comissão Especial da ONU. Esta Comissão deve ser constituída por representantes de países africanos.

Questões relacionadas com o regresso a Angola dos nacionais angolanos e de retornados portugueses, a libertação dos presos políticos portugueses anteriores à independência do país e sobre a criação da força africana de intervenção, foram abordadas pelos Presidentes Agostinho Neto, da República Popular de Angola e Ramalho Eanes, de Portugal, durante a conferência de imprensa concedida segunda-feira à tarde aos órgãos de informação nacional e estrangeira presentes às conversações decorridas em Bissau entre os dois chefes de Estado. Por outro lado, o general Ramalho Eanes responderia ainda às perguntas sobre a actuação das organizações angolanas fantoches em Portugal e à utilização abusiva da liberdade de Imprensa por certos jornais portugueses para atacar Angola.

Interrogados pelos homens da Imprensa, os dois presidentes, abordariam ainda, assuntos como a posição dos partidos políticos portugueses face ao encontro, de Bissau, a influência dos factores ideológicos nas futuras relações Angola-Portugal e as responsabilidades dos dois povos no contexto da política internacional. A concretização da visita ao país do general Ramalho Eanes e ainda os boatos acerca das vantagens que alguns países ocidentais poderão eventualmente obter com o estreitamento das relações entre Portugal e Angola e o papel de moderação no equilíbrio de forças em África a desempenhar por Portugal, no interesse das potências ocidentais seriam igualmente abordadas.

Devido a sua importância para o conhecimento dos problemas que se vivem nos dois países e a posição dos dois Governos face a política internacional, transcrevemos na íntegra a conferência de imprensa.

P. — Depois da assinatura do acordo-geral de co-ope-ração, como encara o Presidente Agostinho Neto a eventualidade do regresso do grande número de portugueses, retornados de Angola e que tipo de condições políticas será necessário preencher para tal regresso, assim como dos nacionais angolanos que actualmente estão em Portugal e cujo regresso está assinado no comunicado final?

R. — Eu agradeço a pergunta posta e queria em primeiro lugar dizer quanto a delegação angolana e particularmente eu próprio estamos satisfeitos com o resultado deste encontro, que marca o primeiro passo na normalização das relações entre Angola e Portugal.

Nós fizemos um caminho longo para que Angola encontrasse a sua independência. Estamos hoje a gozar da liberdade. Exercemos a soberania sobre o nosso território e como iguais, hoje chegamos a um resultado positivo com Portugal que foi no passado, um país onde existiram colonizadores e fascistas e que hoje é um país libertado e que pode portanto estabelecer relações em pé de igualdade com os povos que outrora dominava.

Isto representa para nós um progresso não somente para os dois países e povos mas também um progresso para toda a humanidade, para o continente europeu e para o continente africano e para todos os outros povos, visto que o progresso de alguns favorece sempre o progresso de todos. Por causa da maneira violenta, e por causa dos incidentes que se seguiram ao acto da independência de Angola, tivemos de viver alguns problemas, alguns deles bastante dolorosos. Um deles foi o abandono de Angola pela quase totalidade da população portuguesa. Milhares de portugueses abandonaram Angola e foi necessário portanto fazer um esforço enorme para continuar a vida que se vivia anteriormente à independência.

Tivemos, por outro lado,

de assistir a um êxodo de angolanos que foram fixar-se em Portugal. É a esses dois pontos que se refere a pergunta agora posta.

Em relação à população portuguesa que saíu de Angola, qual será o seu futuro se eles quiserem voltar a Angola? Evidentemente que esse problema será resolvido entre os Governos de Angola e de Portugal e vamos encontrar as soluções dentro do quadro do acordo que foi hoje assinado. A pergunta talvez implique a resposta sobre se Angola aceitará indivíduos que no passado recente ou longínquo, procederam, por actos visíveis ou invisíveis contra a população de Angola. Por exemplo, aqueles que não desejavam a independência de Angola, aqueles que colaboraram com os sul-africanos para que se instaurasse um regime neo-colonial em Angola e aqueles que com outros estrangeiros, quiseram sabotar a independência do nosso país.

Evidentemente que quando se conquista a independência, quando se faz uma revolução como nós fazemos, é necessário defender essa independência, é necessário defender a revolução. Não vamos abrir as portas indiscriminadamente àqueles que já se revelaram inimigos e àqueles que praticaram actos contra os interesses do nosso povo. E aí estarão as comissões e os serviços apropriados para fazer a escolha daqueles indivíduos que não merecem de novo a hospitalidade do povo angolano, nem o gozo das condições que o nosso país oferece.

Quanto aos angolanos refugiados em Portugal, eles são angolanos e não se trata de fazer uma investigação, sobre o seu comportamento político ou qualquer outro comportamento. Todos os angolanos, têm o direito de regressar a Angola, independentemente da sua qualificação profissional e da vida que no passado levou. Todos os angolanos podem regressar a Angola e o que interessa agora é contribuir para a Reconstrução Nacional e os mecanismos da de-

fesa da Revolução lá estarão para detectar qualquer actividade contra a soberania do nosso país, contra a segurança do Estado e contra qualquer instituição que seja legal actualmente no nosso país.

Portanto os angolanos podem regressar livremente. Quanto aos portugueses, é um problema a examinar pelos organismos apropriados.

P. — Senhor Presidente, foi afirmado já aqui em Bissau, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros que a libertação dos cidadãos portugueses, presos em Angola antes de 11 de Novembro era o objecto prioritário das conversações entre as duas delegações. Contudo, no comunicado final conjunto não se referiu ao assunto. Gostaria de saber se esse assunto está resolvido ou está agendado para outro encontro ou está ultrapassado?

R. — Acerca deste assunto, que o senhor Presidente da República Popular de Angola, Agostinho Neto, resolveu, numa manifestação de vontade política significativa, libertar antes desta reunião todos os presos portugueses que se encontravam nas prisões de Angola na data da independência. Acontece, no entanto, que ao confrontarmos os nomes dos presos nessa situação, constatamos que há uma certa diferença. Angola libertou efectivamente onze presos, este era o número que a delegação portuguesa tinha também, acontece no entanto que na nossa relação nominal há sete nomes que não constam na relação nominal de Angola. Significa que Angola libertou efectivamente onze presos, mas há sete que interessa ver se estão efectivamente presos, dado que é essa a situação deles, segundo a nossa relação. O gesto de Angola, libertando os presos antes desta reunião, significa claramente que Angola está interessada em resolver definitivamente este assunto e significa também que certamente irá olhar para os nomes que a delegação portuguesa lhe forneceu, ver a situação, deles e certamente depois ac-

Cada povo vive como e como achar melhor

— Agostinho Neto

tuar em relação a eles, o procedimento que entender mais ajustado.

P. — Nós sabemos que foi aprovada na Assembleia da República em Portugal uma lei contra as actividades fascistas. Igualmente sabemos que a UPA e a UNITA, que são organizações de renegados angolanos fascistas, actuam livremente em Portugal, onde até têm ligações com certas organizações fascistas. Senhor Presidente Ramalho Eanes pode dizer-nos o que pensa o Governo português fazer para impedir a actividade das organizações terroristas da UPA e da UNITA em Portugal?

R. — Queria começar por dizer que há uma ética que regula as relações entre povos soberanos e entre povos que mantêm entre si boas relações. É essa ética que o Governo português observará estritamente. Queria no entanto acrescentar que esta determinação, em respeitar os princípios éticos que orientam estas relações pode algumas vezes na prática não ter uma concretização perfeitamente aceitável, porque o Estado português ultrapassou uma perturbação grave e não dispõe ainda nesta altura dos instrumentos necessários para ter o conhecimento completo da situação do seu país.

Devo dizer, por exemplo, que nesta altura o sistema de informação português é ainda extraordinariamente deficiente e muitas vezes nós os responsáveis sabemos de acontecimentos que na aparência podem atropelar esta preocupação ética, pelos jornais. Há legislação que regula a actividade política de elementos estrangeiros e ainda a actividade de nacionais contra países com os quais Portugal mantém relações. Essa legislação será aplicada intransigentemente pelos instrumentos disponíveis, será aplicada intransigente e certamente de maneira mais eficiente logo que o Estado português disponha dos instrumentos indispensáveis e que nesta altura infelizmente não dispõe ainda.

P. — Aquando da recente

visita do major Melo Antunes a Luanda, declarou que as autoridades portuguesas estavam a envidar esforços no sentido de elaborar uma nova legislação que impede a utilização da liberdade de imprensa por parte de certos sectores da informação em Portugal para caluniar a RPA. Entretanto, no dia exacto em que o embaixador angolano apresentou as cartas credenciais a Sua Excelência o Presidente da República portuguesa, um jornal estatizado português apresentou um editorial ofensivo à dignidade da República Popular de Angola. Gostaria de saber o que pensa fazer o Governo português, especialmente em função do acordo geral de cooperação que acaba de ser assinado com Angola, para impedir que atitudes deste tipo se repitam, ao menos com a insistência que se tem verificado?

R. — Eu iria dar a esta pergunta uma resposta um pouco longa, mas creio que há interesse em que seja assim, para que isto possa ficar devidamente esclarecido. Há em Portugal uma lei da Imprensa muito permissiva que dá aos jornais ampla liberdade, entregando ao poder judicial a resolução dos casos em que essa liberdade não seja convenientemente aproveitada. É este o princípio. É evidente que nem todos os nossos jornais estão em condições de utilizar correctamente esta liberdade que lhes foi atribuída. Por outro lado, o nosso sistema judicial é um sistema que funciona de uma maneira cuidadosa, sobretudo tendo em consideração o período de perturbação que ainda se vive.

Há jornais que têm atacado sistematicamente Angola como têm atacado sistematicamente as autoridades portuguesas. São, no entanto, na sua grande maioria jornais sem expressão numérica significativa. Aliás é reduzida e o público que os lê não é significativo. Ao lado destes há outros jornais que têm de uma maneira geral dado um acolhimento favorável às situações em Angola e de uma maneira geral também, olhado de maneira

correcta a situação a na, não explorando minados aspectos que diam traumatizar a o pública portuguesa. a pensar concretamente problema dos presos da independência. Os seus jornais só excepcionalmente se referiram a. Mutas vezes eles ger te veiculam notícias não correspondem à de mas elas são veic para Portugal através agências noticiosas e geiras. Mas, quando acontece, os jornais gueses estão permanentemente de uma mane ral, abertos a fazer d tidos, logo que tal pedido por represen angolanos. Acontece de uma maneira q creio que é signifi quando dos boatos da doença do senhor dente Agostinho Ne nossos jornais rece indicações do senhor Ferreira de que iss correspondia à ver de imediato desmer Devo dizer até qu estudo que mandei nessa altura, se ve da maior parte da i sa portuguesa uma de descanso, eu diria mo de alegria, pelo dos boatos acerca do do de saúde não corrdem à realidade.

Creio ainda que preocupação da im portuguesa em rela Angola traduz tamb verdade o carinho que existe em Portug relação a Angola e vo angolano. Estou cido que este acordo operação que ele vai minar, a presença d prio embaixador de em Portugal, tudo is fazer com que Ango xe de ser aquilo qu longe e que mal se co aquilo que preocupa turba e vai portanto parecer este ambien pício à recepção de e isto certamente fa que os jornais passer dicar menos atençã tes problemas e que ques que muitas vez são efectivamente a na sua terminação r bora o sejam na sua tivação, desapareçar

tende

Os compromissos aqui assumidos serão respeitados por todos os portugueses

— Ramalho Eanes

qualquer maneira, o Governo português está atento a este problema e dentro das limitações legais existentes ou a criar actuará de forma a evitar problemas que possam efectivamente prejudicar o ambiente que se pretende que seja tão bom quanto possível.

Está assente com o Governo de Angola o mecanismo prático para analisar todos os casos em que a Imprensa não aborda correctamente os problemas de maneira que, utilizando ainda os mecanismos legais existentes, seja possível acioná-los tentando assim criar condições diferentes das actuais e que permitam uma relação saudável entre os dois povos.

P. — Senhor Presidente Ramalho Eanes, qual é a posição do Governo português sobre a criação da força inter-africana de intervenção, organizada por alguns países ocidentais, nomeadamente a França, os Estados Unidos e a República Federal Alemã?

R. — O Governo português tem uma política externa que é independente. Com ela procura defender os interesses da Nação portuguesa, não numa perspectiva imediatista mas numa perspectiva alargada e histórica. Tem ainda a consciência clara de que é um pequeno país e que apenas se pode contar internacionalmente, se porventura nessa política externa tiver princípios éticos determinantes muito claros. E sabe ainda que não pode, devido a sua pequenez, tentar interferir em problemas que ultrapassam a sua importância, e portanto o âmbito das suas possibilidades. O Governo português não se pronunciou em relação a esse problema na medida em que esse problema não lhe diz directamente respeito, e não está dentro daquilo que é o âmbito dos seus interesses e de actividades.

Em relação a África, Portugal gostaria no entanto que fosse os povos africanos a resolver os seus problemas e que os resolvessem da maneira que mais interessasse aos seus pró-

prios interesses e à paz no continente e no mundo.

P. — Nós sabemos que alguns partidos políticos em Portugal não apoiaram declaradamente, ou pelo menos não se pronunciaram sobre este encontro. Julga que esse facto poderá ter influência negativa na aplicação das decisões aqui tomadas pelos dois presidentes no sentido do estreitamento das relações entre Portugal e Angola?

R. — Em relação a esta pergunta eu queria dizer o seguinte. O povo português escolheu os seus representantes e atribuiu-lhes responsabilidades e competências. Estou aqui no desempenho das funções que têm a ver com essa responsabilidade e competência. Aquilo que se assentou aqui é portanto assumido em nome do povo português e será cumprido por todos os portugueses e por todas as formações políticas. Segundo aspecto. Eu entendo que este encontro poderá ter reflexos históricos que ultrapassam o Presidente da República, dado que é um órgão temporário, que ultrapassam algumas das formações políticas, mas que não ultrapassam o povo português, porque esse é eterno.

No entanto o povo português nesta altura está representado através de formações políticas e eu tive o cuidado antes de sair de fazer com que todas elas tivessem conhecimento deste passo e sobre ele se pronunciassem. Não, o fiz em relação ao partido no Governo na medida em que estes têm mecanismos normais para saber aquilo que se está a passar neste sector. Fi-lo no entanto em relação aos partidos da oposição com representação na Assembleia da República. Apenas não o fiz, por carência de tempo, em relação a um partido, que foi a UDP.

Portanto, antes de sair de Portugal eu contactei com o PCP e com o PSD e tive a oportunidade de lhes dizer aquilo que era este encontro, quais eram os seus objectivos e ainda qual era a meu entender o

interesse que ele poderia revestir-se. E devo dizer que destes dois partidos da oposição houve compreensão para este encontro e houve concordância que ele era particularmente importante para os destinos do nosso país, para as relações com Angola e talvez até para o futuro de paz, eu diria, embora isso possa parecer ousado, no mundo.

P. — Eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente Agostinho Neto se o factor ideológico ainda irá ter influência nas futuras relações entre os dois países?

R. — O factor ideológico comanda a política. No entanto, nós pensamos em Angola, creio que a maior parte dos povos do mundo organizados pensam assim que cada país tem o direito de adoptar o modo de vida que mais lhe convém. Que em Portugal haja um sistema determinado de organização política e social, que em Angola haja um outro sistema de organização, isso são problemas que dizem respeito aos povos de Portugal e de Angola. Nem o povo angolano, nem o povo português têm o direito de interferir nas opções de outro povo. Nas relações internacionais nós pensamos que não devemos subordinar o desenvolvimento de formas concretas de colaboração, de cooperação e mesmo de solidariedade e de amizade às formas de organização político-social que existem em outro país. Cada um vive como entende e como acha ser melhor para si. Portanto eu não sei porque é que pensa que o facto ideológico condicionou as relações entre Angola e Portugal porque esse problema nunca se pôs. Durante todas as conversações que tivemos aqui em Bissau essa questão nem sequer ao de leve foi aflorado, nós partimos sempre do princípio de que deveríamos respeitar as opções de um outro povo e com toda a certeza que o factor ideológico não afectará o futuro das relações entre Portugal e Angola. Nós optamos pelo socialismo. O nosso Partido, o MPLA, Partido do Trabalho, con-

duz a sua actividade baseada no marxismo e leninismo. É uma opção do nosso Partido, é uma opção do nosso povo. Em Angola há um só partido e é esse partido que comanda o Estado, não é qualquer outro organismo e através do nosso partido nós decidimos sobre a nossa vida. As relações com Portugal não tem nada a ver com a nossa forma de organização nem com a ideologia que nós adoptamos, mas sim tem a ver com o desejo que é expresso em todos os documentos que nós temos emitido sobre este problema, de manter relações com todos os povos do mundo que o desejem, independentemente do seu sistema de organização e da ideologia que informa a organização de todas as instituições do Estado, dos partidos ou de organismos dentro do país. Portanto a resposta a essa pergunta é não. A nossa opção ideológica não influirá de maneira nenhuma nas relações com Portugal. Nós seguiremos o nosso caminho segundo entendermos melhor e Portugal seguirá o caminho que entender melhor.

P. — Foi sublinhado no acordo as responsabilidades dos dois povos e partidos no contexto de política internacional. Certamente daqui para o futuro passaremos a ler que os dois povos devem partilhar no contexto de política internacional. Acontece, porém, que os dois países seguem itinerários políticos a nível internacional que nem sempre são conhecidos. Eu gostaria de perguntar ao senhor Presidente Agostinho Neto como lhe parece que possa ser materializada, pelo menos com alguns exemplos, da parte de Portugal, essa solidariedade?

R. — A.N. — A pergunta foi dirigida primeiro a mim, portanto tomo a liberdade de responder. Sejam quais forem as orientações traçadas para cada um dos estados, haverá sempre pontos comuns quando há interesse de cooperação, como é o caso. Neste momento, por exemplo, isto apenas é um exem-

plo, estamos, tanto o povo português como o povo angolano, interessadíssimos em que não se desencadeie uma nova guerra, que haja o desarmamento. Vamos portanto agir em conjunto para que possamos contribuir de uma maneira positiva para que não haja uma corrida aos armamentos. Nós estamos de acordo que devemos procurar desenvolver as relações de carácter comercial entre os dois países. Vamos agir nesse sentido. Esse é um aspecto também de solidariedade, um aspecto da cooperação que nós poderemos estabelecer no futuro próximo.

E assim, em todas aquelas áreas que nós consideramos áreas comuns, não áreas em que haja oposição ou contenda, mas áreas em que é possível encontrar o acordo, nós achamos que nessas áreas, depois de discussões e de trocas de impressões, nós poderemos estabelecer a maneira de cooperar, quer no plano das relações bilaterais, quer no plano internacional.

P. — Desejava perguntar ao general Ramalho Eanes, quando se concretizará a sua vinda à Guiné-Bissau, que ficou acordada em Janeiro, aquando da visita a Lisboa do Presidente Luiz Cabral?

R. — Se ficou acordada ela certamente se realizará e realizar-se-á numa altura em que haja conveniência para a Guiné-Bissau e Portugal. Em princípio realizar-se-á no início do próximo ano.

P. — Especulou-se muito acerca das vantagens que alguns países ocidentais poderão eventualmente obter do estreitamento das relações de Portugal com Angola. O próprio Presidente Ramalho Eanes se referiu mais de uma vez ao assunto, tanto na sua recente visita aos Estados Unidos, como ainda agora aqui em Bissau, embora de forma menos desenvolvida, no banquete. Há quem interprete as suas palavras em Washington, como uma manifestação de intenção no sentido de Portugal desempenhar o papel de moderação no equilíbrio de forças

em África, em nome dos interesses estratégicos ocidentais e em consonância aliás, com a presença de Portugal a NATO. Porquê esta questão delicada terá originado interpretações que certamente não correspondem aos objectivos das autoridades portuguesas, pedindo-lhe que explicitasse melhor o seu pensamento neste ponto concreto.

R. — Eu não vou explicitar melhor o meu pensamento, vou apenas repetir aquilo que tenho dito. Em primeiro lugar o Presidente da República Portuguesa serve apenas um tipo de interesse e esses são os do povo português. É evidente que esses interesses têm manifestações externas múltiplas e isso faz com que não se esconda que Portugal tem determinados compromissos em relação a NATO e tem determinados compromissos em relação aos outros organismos internacionais. Mas nunca esses compromissos fizeram ou farão com que Portugal perca a sua liberdade a não ser no campo restrito de compromissos assumidos e que são do conhecimento público em relação a esses tratados. Portugal não pretende desempenhar um papel de moderação de equilíbrio, até porque não tem dimensão para isso Portugal o que pode e tem feito, dado o seu conhecimento profundo dos novos Estados e dos homens que o dirigem, no caso particular, do próprio Presidente Agostinho Neto, é dizer a países com os quais tem relações por força desses compromissos, o que são estes homens, o que eles apresentam para os respectivos países e o apoio que lhes deve ser prestado.

Quando fazem isso, pretendem que através de um esclarecimento completo os preconceitos desapareçam e estes homens possam ter no mundo o lugar a que têm direito, pela sua envergadura e pela responsabilidade que têm dado dirigirem povos que são importantes, importantes até para a paz mundial.



Página
da Educação

ano de implantação de estruturas

E educação das crianças em idade pré-escolar é um antecedente essencial de toda a política educativa e cultural... O desenvolvimento da educação das crianças em idade pré-escolar deveria inscrever-se no número dos principais objectivos das estratégias educativas.

A Educação pré-escolar (2)

É preciso ensinar antes da idade escolar

Que se deve ensinar? A esta pergunta terrível, pode responder-se (e tem-se respondido muitas vezes): «Nada». Deixar fazer; ajudar a fazer; despertar, suscitar e alimentar o interesse; permitir à criança «desabrochar». A muito que estes princípios foram proclamados, mais de cem vezes, sob as mais diversas formas, das poéticas às patéticas.

A escola maternal educa, não ensina — no sentido dogmático que a palavra adquiriu em certas fraseologias. «Só a natureza ensina», diz-se. O inconveniente é que, mesmo dando à criança um largo crédito, os factos demonstram que ela nem sempre sabe escu-

tar a preceito — e que, além disso, a natureza fala mal: a sua linguagem, em todo o caso, não é aquela que os nossos olhos e os nossos ouvidos decifram imediatamente.

Não somos da opinião de que a escola maternal se reduza a uma meio rico

em estímulos e afectivamente confortável, a um campo livre de exploração. Necessária, sem dúvida, a iniciativa individual não é, claro está, suficiente, e convém passar em revista algumas ideias feitas tentando tirar a certos temas litigiosos (a espontaneidade infantil, o espírito de observação... e, no pólo oposto, a disciplina e a didáctica...) as suas conotações sentimentais. No que se segue, será mais o caso da didáctica do que da pedagogia. Que fique, entre-

tanto, entendido que, embora não insistindo demasiadamente sobre os aspectos afectivos e sociais da educação pré-escolar, não procuramos minimizar a sua importância ou dificuldade. Faremos a economia de certas evidências e colocamo-nos de chofre no terreno mais contestado e que merece, com efeito, um debate mais atento. A questão, tomada como ponto de partida é esta: «pode-se e deve ensinar-se uma criança dos três aos seis anos?».

(Continua no pr./número)

Uma nova pedagogia do ensino do português em Cabo Verde (8)

Quando abordamos na prática o problema do ensino da língua por novos métodos pedagógicos, põe um primeiro problema: os nossos professores primários estarão em condições de os utilizar? Claro que não. Necessitariam de uma reciclagem orientada por professores com uma prática grande de ensino de línguas estrangeiras por métodos modernos. Mas outro problema se poria logo: onde encontrar esses professores, visto que a nossa situação é uma situação específica — um país onde o português não é a língua materna, mas onde ele não pode ser considerado uma língua estrangeira, visto ter uma língua oficial do país, portanto, a língua utilizada na escolarização?

de aplicar o novo método o mais cedo possível à escola primária. Mas o professor do Ciclo interessado em fazer bem o seu trabalho poderá, apesar de tudo, tirar grande rendimento de um método aplicado correctamente. Ele terá de utilizar a fundo a capacidade de memorização e de jogo, assim como a curiosidade intelectual que caracterizam as crianças de 10-13 anos.

Desde a primeira hora, o professor deverá explicar aos alunos o que espera deles com o novo método de ensino. E esta explicação torna-se necessária, se ele quiser obter uma participação activa e criadora e que é tanto mais difícil quanto as outras disciplinas não a solicitam.

Teremos, pois, de encontrar os nossos próprios caminhos, uma espécie de solução de compromisso entre o ensino da língua materna e o das línguas estrangeiras.

É claro que, apesar dessa situação específica, não há dúvida de que teríamos tudo a ganhar praticando um ensino áudio-visual da língua portuguesa. Porém, esse tipo de ensino pressupõe, além do material áudio-visual estritamente indispensável — o gravador e o flanelógrafo ou, pelo menos, o livro com imagens que sugiram situações dadas —, professores preparados para trabalharem com uma técnica nova de ensino.

Parece-nos que teremos de começar por aplicar essas técnicas novas a nível do Ciclo Preparatório. Em primeiro lugar, o número de alunos é menos elevado; em segundo lugar, o número de professores é relativamente reduzido, o que facilitaria a sua reciclagem; em terceiro lugar, é muito mais fácil prover as escolas secundárias com gravadores e flanelógrafos.

Evidentemente que a aplicação da nova pedagogia do ensino das línguas vivas e, sobretudo, as línguas estrangeiras, a alunos que já trazem um caudal de defomações muito volumoso da escola primária, tem as suas implicações e cria as suas dificuldades. Teremos

Estamos convencidos de que, se o ensino for progressivo e graduado, se o professor não tiver a tentação constante de empregar o livro, mas de dar verdadeiras aulas de línguas vivas, ele obterá certamente a colaboração activa dos alunos. Não podemos esquecer o êxito que estão a obter entre nós os professores de francês do Ciclo Preparatório que começaram a ensinar esta língua por métodos áudio-visuais.

Não queremos dizer com isso que somos contra o ensino pelo livro. Acharmos apenas que, no ensino de uma língua viva, ele deverá intervir no momento oportuno. Uma coisa é certa: o aluno que assimilou correctamente os anos, os ritmos e as entonações do português, que saiba empregar correctamente as estruturas já adquiridas, não terá dificuldade nenhuma em utilizar um texto correspondente ao seu nível de conhecimentos. Ao passo que aquele que começa o estudo da língua pelos textos terá uma grande dificuldade em se libertar da frase escrita. Chamamos especialmente a atenção do professor do Ciclo, que herdou a tentação de começar logo pelo livro de uma pedagogia clássica em que o livro reinava como senhor absoluto, e em que a ausência deste mergulhava professores e alunos no mais completo pânico.

Guiné-Bissau

Estruturas do sistema de ensino

Na República da Guiné-Bissau, o novo sistema de ensino comporta:

1. — Um ENSINO BASICO, de dois ciclos, o 1.º ciclo ou Ciclo Elementar da 1.ª à 4.ª classes, e um 2.º ciclo ou Ciclo Complementar, 5.ª e 6.ª classes, entre os quais a ligação é automática, atendendo aos objectivos desta faixa de educação.

A duração desta etapa é de seis anos, para a qual a criança entra com 7 anos a completar até 31 de Dezembro do ano do calendário em que vai fazer a matrícula.

Nas 5.ª e 6.ª classes, os estudantes deparam com uma grande diversificação de conteúdos interligados, com vista a uma maior formação ideológica, científica e laboral.

Como o próprio nome indica, o ENSINO BASICO deve conferir os conhecimentos de base que permitam a compreensão e interpretação da realidade, e, portanto a aquisição de capacidades de transformação do meio em proveito da colectividade.

O Ciclo Complementar, reforça o desenvolvimento das características do Homem Novo, — responsabilidade, exactidão, honestidade, espírito crítico, imaginação, solidariedade, exigência pessoal — além de, no domínio cognitivo fornecer instrumentos básicos que permitam uma maior capacidade de abstracção e generalização, com vista à aplicação na prática social, individual e colectiva.

A introdução do Trabalho Produtivo é mais efectiva no Ciclo Complementar, no qual a natureza das matérias permite um entrosamento e coordenação horizontal com o conteúdo do Trabalho Produtivo, a realizar nas quatro horas semanais mínimas..

A educação e trabalho em Cuba (2)

Para se compreender bem o carácter das escolas-oficinas pré-columnas, convém explicar, ainda que brevemente, o que é a Columna Juvenil del Centenario.

Esta Columna Juvenil del Centenario permite organizar a juventude em idade de trabalhar, formá-la de modo a que possa participar nos planos estabelecidos para os principais sectores de produção e guiar as suas actividades nesse quadro. A Columna tem o seu principal centro em Camaguey (a província menos povoada de Cuba), onde funciona como um instrumento essencial do desenvolvimento económico da região, tanto no plano agrícola como no industrial, nomeadamente no que respeita à produção de açúcar.

A Columna Juvenil del Centenario foi encarregada pela direcção do Governo revolucionário da organização política da juventude (UJC), e o plano económico

central do Estado prevê a este título todos os recursos necessários. As Columnas têm uma estrutura e um regulamento que lhes são próprios. Os jovens são encarregados de dirigir os grupos e podem, com semelhante fim, contar com o auxílio dos organismos governamentais e económicos do país.

Em três anos de alistamento voluntário, os columnistas fazem o seu serviço militar na qualidade de reformadores do meio social, recebendo uma formação técnica e melhorando a sua instrução escolar.

A fórmula particular da organização das escolas-oficinas da província de Camaguey é conhecida sob o nome de escolas pré-columnas. Tais estabelecimentos são organizados segundo os mesmos princípios e têm a mesma estrutura que a columna.

Mais de 50 marroquinos mortos no Sahara

★ Encontro Hassan II — Suarez

ARGEL — Mais de 50 soldados marroquinos foram mortos no Sahara Ocidental, durante uma série de operações efectuadas pelos combates da Frente Polisário entre 19 e 24 de Junho, anunciou antontem o ministério saharauí da Defesa.

Segundo um comunicado publicado na capital argelina, estes ataques, que tiveram lugar nas regiões de Tifariti, Guelta-Zemmour e Aouleitis, saldaram-se pela destruição de 28 veículos e de um blindado marroquinos. Os combates mais violentos, precisou o ministério da Defesa, registaram-se a

uns 20 quilómetros de Aouleitis, durante os quais «as forças marroquinas perderam 25 veículos que ficaram completamente destruídos».

Em Madrid, o diário «Informaciones» considera que o Primeiro-Ministro espanhol Adolfo Suarez talvez procure «jogar um papel de mediador entre o rei Has-

san II e o presidente argelino Houari Boumediene». Suarez foi recebido na segunda-feira em audiência pelo soberano marroquino.

O diário madrilenho prosseguiu, afirmando que «o rei do Marrocos pode ter aceite esta iniciativa e o plano de paz espanhol pode contar com a benção do presidente Giscard D'Estaing, que desde ontem se encontra de visita a Madrid». O apoio americano a esta iniciativa espanhola facilitará considera-

velmente as coisas, acrescentou o «Informaciones».

Recorde-se que Adolfo Suarez terá desejado avisar-se com o presidente argelino, logo que termine a sua visita de dois dias ao Marrocos. A realização efectiva deste encontro não foi confirmada nem em Argel nem em Madrid, onde os editorialistas consideram que poderá realizar-se após a cimeira da OUA, que começa no próximo mês em Kartum (Sudão). — (FP)

Brasil

Processo contra o governo

RIO DE JANEIRO — Pela primeira vez, nos seus 14 anos de poder, o governo militar brasileiro deverá responder, perante os tribunais, pela tortura e morte de um preso político.

Trata-se do processo, iniciado pela família do jornalista Vladimir Herzog, morto numa unidade militar de São Paulo em Outubro de 1975, a seguir às torturas que lhe foram infligidas. O processo, no qual o Estado figurará como acusado, decorre desde antontem.

Os advogados da família Herzog disseram que «a importância excepcional deste processo — que se eleva a um nível histórico — reside no facto de que é a primeira vez que se acusa o Estado da tortura e da morte de um preso político».

Revelaram por outro lado, que «a tortura tornou-se um método de inquérito generalizado, principalmente por intermédio dos diferentes órgãos que actuam no Rio de Janeiro e em São Paulo como uma técnica de luta contra a denominada guerra subversiva ou revolucionária».

Os advogados acrescentaram que os inquéritos — incluindo as declarações de seis testemunhas — levaram à conclusão que Vladimir Herzog, que foi preso de maneira arbitrária e ilegal, sofreu as mais brutais torturas, e morreu por causa dos maus tratamentos recebidos.

Herzog foi preso durante um processo levantado contra 105 pessoas, acusadas de pertencer ao partido comunista, e que terminou recentemente com a condenação de três acusados. Os outros foram absolvidos por falta de provas. (PL)

Situação no Yémen

Liga Árabe reúne-se no sábado

CAIRO — A Liga Árabe decidiu convocar uma reunião extraordinária do seu conselho para debater no sábado a situação no Yémen, a pedido do governo do Yémen do Norte.

Recorde-se que este país pedira à Liga Árabe a convocação de uma reunião urgente do seu conselho, após o assassinato no sábado passado do seu presi-

dente Ahmad Al Ghachmi.

No Yémen do Sul, o diário koweitiano «Al Rai Al Aam» anunciou citando fontes diplomáticas, que Abdel Fattah Ismail, secretário-geral da Frente Nacional no poder no Yémen do Sul, morreu durante os confrontos de segunda-feira. O jornal acrescentou que esta notícia foi mantida secreta, com receio de uma nova

degradação, da situação no país e de incidentes no seio da Frente Nacional.

Entretanto, o presidente Houari Boumediene da Argélia enviou um enviado especial aos dois Yémens. Este enviado, o ministro da Juventude e dos Desportos, Djamal Houhou, deverá informar-se da situação que prevalece nos dois países há já alguns dias. (FP)

Cuba continuará a apoiar os movimentos de libertação

LUSAKA — Cuba não renunciará ao apoio que dá aos movimentos de libertação na África Austral, declarou antontem o secretário de Estado cubano dos Negócios Estrangeiros, José Fernandez de Cossio, em visita à capital zambiana.

«O ministro cubano indicou que querem excluir Cuba do movimento dos Não-Alinhados porque Cuba apoia os movimentos de guerrilha na África Austral. Cossio acrescentou que «há países que pedem a nossa expulsão do bloco dos Não-Alinhados por causa dos nossos laços estreitos com a União Soviética». — (FP)

Indonésios preparam grande ofensiva contra Timor-Leste

As forças agressoras indonésias preparam uma grande ofensiva a ser lançada contra as áreas libertadas da República Democrática de Timor Leste com um total de 15 mil homens. As campanhas anteriores de cerco e aniquilamento que ocorreram na fronteira com Timor Oeste e que tiveram a duração de nove

meses foram finalmente esmagadas pelas FALINTIL — Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste. O Ministro Alarico Fernandes, da Segurança Nacional, informou que os generais indonésios estão a concentrar aviões e helicópteros nas cidades de Atambua e Kupang, situadas em Timor Oeste, para darem

cobertura a esta nova ofensiva.

Alarico Fernandes informou também que cerca de 85 por cento do território de Timor Leste continua sob controlo da FRETILIN e que 30 mil soldados indonésios foram mortos em Timor Leste desde a invasão da ilha em 7 de Dezembro de 1975, não incluindo os feridos e aqueles que vieram mais tarde a sucumbir aos ferimentos nos hospitais de Djakarta.

Mais adiante Alarico Fernandes disse que no dia 4 do corrente um general indonésio foi morto pela FALINTIL quando assistia a uma série de operações levadas a efeito contra as posições de FRETILIN na vila de Same, onde durante o período colonial foram descobertos grandes jazigos de gás natural.

As autoridades de ocupação indonésias em Díli disseram às populações dos campos de concentração que «ele era o mais bravo general indonésio». Em resposta o Ministro Alarico Fernandes disse-lhes pela rádio que o «Povo Maubere é mais bravo e heróico ainda porque conseguiu aniquilar o mais bravo general indonésio». (ETNA-Agência Noticiosa do Timor-Leste)

Eleições mexicanas

CIDADE DO MEXICO — Três partidos políticos de esquerda apresentarão uma «frente unida» para as eleições legislativas mexicanas do próximo ano. Os partidos Comunista, Socialista Revolucionário e do Povo Mexicano, farão uma lista comum na apresentação dos seus candidatos a deputados, informou um porta-voz do Partido Comunista Mexicano. — (FP).

Lançado o "Soyouz — 30"

MOSCOVO — A União Soviética lançou antontem em órbita mais uma nave espacial, o «Soyouz-30», habitado por uma tripulação internacional composta de um polaco, Miroslav Germaszewski, e do comandante de bordo soviético, Piotr Klimouk, informou a agência Tass. Já em Março último, um checoslovaco, o capitão Vladimir Remek, participara no voo da nave «Soyouz-28». — (FP)..

Khadafi na Polónia

VARSÓVIA — O coronel Mouammar El Khadafi, secretário-geral do Congresso Popular da Líbia, foi convidado a visitar Varsóvia (Polónia), anunciou a agência noticiosa polaca PAP. O coronel Khadafi, que efectua uma digressão por vários países socialistas, já se deslocou à Bulgária, à Checoslováquia e à Hungria. — (FP).

PADRE DENUNCIA CORRUPÇÃO NO ZAIRE

COBOURG (CANADA)

«Os zairotas não beneficiam da ajuda internacional por causa da corrupção que reina neste país», declarou na terça-feira em Cobourg (cerca de 80 quilómetros nordeste de Toronto), um missionário canadiano. Segundo o padre Roberto Watts, uma grande parte desta ajuda não atinge as províncias do interior do Zaire. O missionário que regressou ao país depois de uma estadia de sete meses no Zaire, sublinhou a este respeito que em nove toneladas de alimentos enviados pela sua missão em caixas seladas, só 250 quilos é que chegam ao destino. Lembre-se que o Canadá forneceu 22,9 milhões de dólares de ajuda ao Zaire nos últimos dois anos. (FP)

32.ª SESSÃO DO COMECON

BUCARESTE — A 32.ª sessão do Conselho de Assistência Económica Mútua (Comecon) começou desde terça-feira de manhã na capital romena, anunciou a agência «Agerpresse». Segundo certos observadores a sessão definirá um estatuto mais adaptado e mais eficaz para as organizações inter-estatais que realizam grandes projectos de interesse comum a longo prazo. A presença de observadores do Vietnam, da Coreia do Norte, do Laos, de Angola e da Etiópia dá a entender que a sessão tratará também de problemas de assistência aos países do terceiro-mundo. «FP)

GRÃ-BRETANHA ANULA DÍVIDA AO TERCEIRO MUNDO

LONDRES — A Grã-Bretanha propõe-se a anunciar na próxima cimeira económica de Bona a anulação de uma parte do endividamento do terceiro mundo, revelou antontem Judith Hart, ministro da Ajuda ao Terceiro Mundo. Um porta-voz do seu ministério precisou que a Grã-Bretanha passará uma esponja sobre uma soma global de 1,1 bilhões de libras. A senhora Hart deu a entender que outros países como os Estados- Unidos, o Japão, a França e a RFA, poderiam também agir brevemente no mesmo sentido. (FP)

JORNALISTA ASSASSINADO EM ESPANHA

BILBAO — O jornalista espanhol, José Maria Portell, director do jornal «Hoja del Lunes» foi assassinado ontem a tiros de revólveres à saída da sua casa. O assassinato não foi reivindicado. Portell debruçava-se frequentemente sobre o problema do movimento separatista basco ETA. Na segunda-feira, o seu jornal publicou uma carta aberta assinada por 24 intelectuais bascos que condenam a atitude da organização separatista basca e afirmando que nenhuma negociação era possível com a ETA. (FP)

África do Sul

Oposição favorável ao sufrágio universal

JOHANESBURGO — Pela primeira vez, uma ala da oposição parlamentar oficial sul-africana — o Congresso Provincial do Natal do Partido Progressista-Federal (PFP) — pronunciou-se no fim da semana passada a favor do sufrágio universal na África do Sul.

Se este exemplo for seguido pelas outras secções do PFP, será a primeira vez que um partido político, representado no parlamento, se pronuncia a favor do sufrágio universal, num

país onde só os brancos elegem representantes para o parlamento.

A decisão foi votada por unanimidade pelos 300 congressistas reunidos em Durban, e o líder do partido, Colin Eglin, declarou: «É claro que queremos um partido mais orientado para a acção e devemos-nos situar do lado da coragem, não da timidez».

O conceito do sufrágio universal é severamente atacado pelo governo e era visto com reticência até pela oposição. — (FP)

Perú

Direito de voto para os analfabetos

LIMA — Todos os partidos políticos peruanos estão de acordo no que será sem dúvida, um dos artigos da nova carta magna do Peru, segundo se pôde comprovar em Lima.

Trata-se do artigo que autorizará o direito de voto aos analfabetos e que esta

semana recebeu o apoio do Partido Popular Cristão (PPC), de direita, o único que, até agora, se mostrava remissivo sobre a questão.

Roberto Ramirez Del Villar, alto dirigente do PPC, disse que os analfabetos «devem ter o direito não só de votar mas também de

ser votados».

Acrescentou que o seu partido se opôs ao voto dos analfabetos na eleição da Assembleia Constituinte, porque isto teria implicado uma reforma constitucional que não poderia ser sancionada por um governo de facto, como o actual. (FP)

Ratsiraka visita hoje a União Soviética

MOSCOVO — O presidente Didier Ratsiraka da República Democrática malgache é esperado hoje em Moscovo para uma visita oficial de cerca de uma semana à União Soviética.

Ratsiraka deve ser acolhido no aeroporto pelo secretário-geral do PCUS e presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS, Leonide Brejnev.

O presidente do Madagascar viaja acompanhado de sua esposa e deve permanecer dois ou três dias na capital soviética para conversações com os dirigentes do Kremlin, antes de visitar as diferentes repúblicas da URSS.

Ontem a tarde, o diário governamental soviético «Izvestia» elogiou o desenvolvimento do Madagascar na via não-capitalista e as relações soviético-malgache. O «Izvestia» sulinou que no plano internacional o governo malgache apoia os movimentos de libertação completa dos povos africanos do jugo do racismo e do colonialismo. (FP)

Presidentes Neto e Eanes deixaram o país

(Continuação da 1.ª página)

nizado conjunto que foi lido pelo camarada Presidente Luiz Cabral, mostraram de forma evidente os resultados altamente satisfatórios a que chegaram Angola e Portugal, através da Cimeira de Bissau.

O REGRESSO DE NETO

O Presidente Agostinho Neto chegou ontem à tarde a Luanda, depois de se ter encontrado em Bissau com o Presidente português, general Ramalho Eanes.

No regresso ao seu país o Presidente Neto fez uma breve escala em Cotunou, na República Popular do Benin, onde foi acolhido pelo Chefe de Estado beni-

Nigéria

Greve dos médicos

LAGOS — A Associação Nacional médica nigeriana apelou a todos os praticantes à greve a partir de ontem, a fim de protestar contra as novas leis editadas sobre os centros clínicos, públicos e privados.

Esta greve é um episódio de um movimento de reivindicação começada há dois meses após um decreto do governo federal proibindo aos médicos do Estado, bem como a outros mem-

brós de categorias profissionais de praticarem medicina privada e reclamando-lhes 40 horas de trabalho por semana.

Alguns médicos do Estado são por outro lado, acusados, pelas autoridades, de desviar medicamentos para actividades exteriores.

Dos 1.800 médicos inscritos na Nigéria, mais de 80 por cento, pertencem ao sector público. (FP)

Africa do Sul "PAC" escolhe novo presidente

DAR-ES-SALAM — Os principais responsáveis de um dos dois movimentos nacionalistas sul-africanos, o «Pan-africanist Congress» (PAC), reuniram-se na terça-feira, em Arusha, no norte da Tanzânia para proceder à designação do seu novo presidente,

em substituição de Robert Sobukwe, falecido em Fevereiro passado.

A duração desta reunião está prevista para seis dias. A interinidade da presidência era assegurada, desde a morte de Sobukwe, por Potlak Leballo. (FP)

Namíbia

S.W.A.P.O. denuncia a inscrição forçada de eleitores

LUSAKA — O governo sul-africanos obrigou os namibianos a inscreverem-se para as eleições no território, afirma a Swapo num comunicado publicado ontem em Lusaka.

O secretário da Informação da Swapo, Peter Katjavivi, afirmou que se tinha realizado no território, uma campanha para obrigar os namibianos a inscreverem-se como membros da Aliança de Turnhalle, dirigida por Dirik Mudge.

Exploração de ouro na Tanzânia

DAR-ES-SALAM — O governo tanzania-no anunciou ontem que ia ser iniciada no próximo ano, a exploração de uma mina de ouro na região de Mwanza, na parte oeste da Tanzânia.

O ministro da Água, da Energia e dos Recursos Minerais, Al Noor Kassum, indicou à assembleia nacional que a mina de Geita produzirá cerca 500 quilos de ouro por ano. (FP)

Katjavivi acrescentou que um importante responsável da Swapo, Eammanuel Katjizeko tinha sido preso pela polícia sul-africana por se ter oposto à inscrição dos eleitores.

Segundo uma lei do Administrador sul-africano na Namíbia, Martinus Steyn, aqueles que se negarem a inscrever nos registos eleitorais correm o risco de pagar 3 450 dólares de multas ou apanhar três anos de prisão. (FP)

General Chazly em Madrid

LISBOA — O ex-embaixador do Egipto em Portugal, general Saad Chazly, deixou Lisboa ontem com destino a Madrid, «por razões de segurança pessoal». O general Chazly declarou à agência «Anop» que receava «uma acção agressiva da parte do regime do presidente Sadat» e recusou-se a indicar o nome do país onde tenciona residir definitivamente. — (FP)

Sul do Líbano: Força da ONU toma posição

BEIRUTE — As forças da ONU consolidam lentamente a sua posição na zona sul do Líbano que tinha sido ocupada por Israel, que foi obrigado a retirar-se a 13 do corrente.

Um comunicado semanal da FINUL (forças das ONU), indicou ontem que a circulação das tropas das Nações Unidas não era completa-

mente livre. «Apesar dos incidentes e dos tiros no lação das tropas das Nações-FINUL, afirmou o comunicado, a força provisória continua a aplicar o método prático baseado na persuasão e não na utilização de armas para a sua superfície de desdobramento, até cobrir todos os sectores evacuados por Israel a 13

de Junho».

O comunicado lembrou que a missão da FINUL era «ajudar os habitantes da região a viver em paz, calma e segurança», e precisou que «o número de elementos armados não mudou e os que estão encontram-se geralmente longe das estradas e fora das aldeias». — (FP)

"Africa está ameaçada de destabilização"

(Continuação da 1.ª página)

vem ser examinadas primeiro, pelo conselho de ministros e depois pelos chefes de Estados. «Só a este nível é que se pode determinar se estamos ou não decididamente empenhados em libertar a Reunião ou não».

Eteki lembrou todavia que o artigo 2 da Carta diz que a OUA é composta pela

Africa continental e pelas ilhas vizinhas. Partindo deste princípio, afirmou, alguns Estados membros consideraram que tinham algumas coisas a dizer sobre certas ilhas. «O que é justificável». «Quanto à africanidade destas ilhas, é uma outra questão», concluiu Eteki.

A propósito da próxima eleição do secretariado da OUA, William Eteki revelou-se favorável uma rede-

finição das competências e órgãos da OUA.

«A carta não tinha previsto a importância que o secretário-geral poderia adquirir na direcção das instâncias da organização. Agora, sublinhou, de ano para ano, pela força da experiência, pela vontade dos que ocuparam este posto, este órgão fez-se e consolidou-se sem definição». (FP)

ULTIMAS NOTICIAS

ELEIÇÕES NO MALAWI

Pela primeira vez desde 1961, os eleitores do Malawi vão hoje às urnas, para eleger 87 representantes na assembleia nacional. Também pela primeira vez, o presidente vitalício do Malawi (antiga Nyassilândia), «Ngawi» (chefe dos chefes) Hastings Kamus Banda, decidiu que os eleitores poderão escolher entre dois candidatos, todos dois membros do mesmo partido. 33 candidatos foram todavia escolhidos sem oposição, e outras sete circunscrições foram declaradas vagas, pois os candidatos não passaram no teste de inglês obrigatório para ser deputado, todos os debates são feitos na língua de Sheakspear. Os resultados serão conhecidos no sábado.

As eleições suscitaram um grande interesse no país, mas a campanha eleitoral não foi muito animada, pois a lei proíbe aos candidatos gastar dinheiro para fins políticos. — (FP)

PESSOAS FOGEM DA RODÉSIA

SALISBÚRIA — A Rodésia continua a perder população. Segundo dados oficiais, publicados ontem, 1207 brancos deixaram o país no passado mês de Maio, tendo entrado só 516, o que equivale a uma perda nítida da 691 pessoas. (FP)

CHUVAS E DANOS NO NÍGER

NIAMEY — Chuvas torrenciais acompanhadas de ventos violentos caíram antontem sobre a região da Tahoua, situada a 650 quilómetros a oeste de Niamey. Na própria cidade de Tahoua, duas lojas dos Serviços de Produtos Alimentícios do Níger (OPVN) desabaram e mais de mil toneladas de cereais — milho e sorgo — foram destruídos. Sublinhou-se na capital nigeriana que isto constitui não só uma perda de reservas de alimentos num momento difícil do ano, mas também reduz deploravelmente a capacidade de armazenamento do país. (FP)